



## Uso privado e móvel da internet por crianças requer uma nova abordagem à questão da segurança

Hoje, 17 de Outubro de 2011, a rede de investigadores europeus sobre crianças e internet, EU Kids Online, publica as recomendações finais da pesquisa realizada por toda a Europa.

Com resultados que mostram que as crianças estão a aceder à internet cada vez mais novas, e que o seu uso se faz cada vez mais através de meios móveis escapando assim à supervisão dos adultos, é vital que os responsáveis por políticas públicas desenhem novas respostas para estes novos desafios. Este relatório tem como objectivo fornecer conselhos actuais sobre como educar e proteger as crianças contra os riscos *online*, como é o caso do *bullying*, da pornografia e do contacto com pessoas potencialmente perigosas.

Para Sonia Livingstone, da LSE ( Reino Unido) e coordenadora deste Projecto, “notícias sensacionalistas e ideias confusas têm contribuído para o clima de ansiedade que rodeia a discussão pública em torno do uso que as crianças fazem das novas tecnologias, sendo o pânico e o medo ofuscarem os factos”. Como sublinha, “o panorama que emerge dos resultados do inquérito EU Kids Online pode orientar as escolas e os professores, os pais, o governo e a sociedade civil, as indústrias e até as próprias crianças no trabalho conjunto para balançar os riscos e as oportunidades que as novas tecnologias representam. A nossa pesquisa estabelece as prioridades, com base em factos, necessárias para este esforço renovado”.

No panorama europeu, Portugal apresenta-se como um dos países onde o uso da internet é relativamente baixo mas associado a uma incidência de riscos intermédia, ao lado da Irlanda, da Espanha e da Turquia. Com efeito, apenas 7% das crianças e jovens inquiridos declarou ter ficado incomodado, durante o último ano, por um ou mais dos riscos abordados no estudo, contra uma média europeia de 12%. Apenas 3% das crianças e jovens portugueses declara ter enviado ou colocado *online* imagens, fotos, vídeos ou texto de cariz sexual no último ano, enquanto 15% diz tê-las visto ou recebido, o que coincide com a média europeia. Portugal é também um dos países europeus com menor incidência de *bullying online*: embora 9% das crianças e jovens refiram ser vítimas de *bullying*, apenas 2% dizem tê-lo sido através da internet. As crianças e jovens portugueses estão também entre os que menos se envolvem no contacto com pessoas desconhecidas *online* (16%, contra média europeia de 30%) e se encontraram presencialmente com alguém que conheceram primeiro *online* (5%, contra 9% a nível a europeu), no pólo oposto de países do Báltico, Estónia, Lituânia e Suécia. Apenas um quarto das crianças e jovens (24%) afirmou ter visto imagens de cariz sexual (*online* ou *offline*) no último ano. Portugal demonstra também uma menor incidência de conteúdos potencialmente nocivos criados pelos utilizadores e de abuso de informação pessoal: 15% dos jovens com 11-16 anos declarou ter visto conteúdos



desse tipo no último ano (para uma média europeia de 21%) e 6% confessou-se vítima de abuso de informação pessoal (média europeia de 9%).

Portugal é um dos países onde mais crianças e jovens declaram aceder à internet nos quartos (67%) e onde os pais menos acedem com frequência à internet (30%). É também um dos países onde os espaços fora de casa são mais referidos por crianças e jovens, sobretudo a escola (72%) mas também as bibliotecas públicas e espaços afins de acesso gratuito (25%), ambos os valores acima da média europeia (respectivamente, 63% e 12%). A escola e os professores são apontados como uma das principais fontes de informação a que as crianças e jovens portugueses afirmam recorrer habitualmente. Por este motivo, Cristina Ponte, coordenadora da equipa nacional, chama a atenção para o potencial de capacitação de espaços como as bibliotecas escolares e a rede pública de *Espaços Internet*: “são espaços muito procurados por crianças e jovens, que aí se sentem bem, estando com os amigos; aí poderiam ser estimulados a realizar actividades na internet mais ricas e criativas do que as que fazem habitualmente, subindo assim mais degraus na *escada de oportunidades*”.

#### Mais informação

Abaixo encontram-se algumas das recomendações-chave. O relatório completo pode ser descarregado em [www.eukidsonline.net](http://www.eukidsonline.net) ou [www.fcsh.unl.pt/eukidsonline](http://www.fcsh.unl.pt/eukidsonline). O capítulo 5 contém as comparações a nível nacional e as recomendações para diferentes países.

Para mais informações sobre o estudo *EU Kids Online*, por favor contactar Cristina Ponte, Professora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, através do e-mail [Cristina.ponte@fcsh.unl.pt](mailto:Cristina.ponte@fcsh.unl.pt).



## Notas aos editores

Entre 2009 e 2011, o Projecto EU Kids Online II levou a cabo pesquisa empírica original em 25 países Europeus com amostras estatisticamente representativas com cerca de mil crianças entre os 9 e os 16 anos e um dos seus pais. Isto resultou num conjunto de dados rigoroso e que permite comparações entre países sobre o uso da internet pela Europa. Dirigido por Sonia Livingstone, da London School of Economics and Political Science do Reino Unido, a equipa inclui um grupo de gestão especializado, um painel de consultores internacionais e equipas de investigação multidisciplinar em 25 países Europeus.

## Recomendações-chave

1. As crianças têm direito a protecção e segurança *online*, mas também têm de responsabilizar-se por se manterem seguras e respeitar os direitos dos outros quando estão na internet.
2. É importante que os responsáveis por políticas públicas continuem a enfatizar as oportunidades que a internet apresenta às crianças.
3. É preciso um novo foco na segurança para os mais jovens.
4. As mensagens sobre segurança devem ser adaptadas aos novos modos de acesso.
5. O apoio educativo e a literacia digital são necessários para aqueles que não conseguem subir na *escada das oportunidades*.
6. Os conteúdos *online* positivos para crianças devem ser uma prioridade nas políticas.
7. As competências de segurança digital são fundamentais para desenvolver resiliência *online*.
8. Os fornecedores de serviços de redes sociais devem garantir a máxima protecção para as contas de utilizadores menores.
9. O aumento da consciência sobre os riscos *online* deve ser feito de forma proporcional e equilibrado, focando-se naqueles que estão em maior risco de dano.
10. A consciência parental dos riscos e da segurança *online* precisa de ser ampliada.
11. As respostas à exposição dos jovens a material sexual na internet devem ser proporcionais e focar-se naqueles que mais podem ser lesados ou perturbados pela experiência.
12. É preciso criar respostas modeladas para o *bullying*, prestando igual atenção à sua ocorrência *online* e *offline*.
13. Os educadores devem estar mais atentos às práticas de encontros cara-a-cara, quando só se conhece a pessoa da internet.



14. Os responsáveis pelas políticas públicas precisam de estar alerta para os novos riscos que afectam as crianças e os jovens, especialmente em contexto de relações de pares.
15. A consciencialização deve destacar nas suas mensagens as estratégias bem sucedidas para lidar com o risco, enfatizando a importância de pais, amigos, professores e também das ferramentas *online*.
16. A mediação de competências práticas para os pais deve ser parte do esforço geral de aumentar a consciencialização, entre educadores, dos riscos e de como lidar com a segurança *online*.
17. O *software* de controlo parental precisa de ter em conta as necessidades, conhecimentos e interesses dos pais, de forma a melhorar a sua penetração de mercado e a desenvolver soluções tecnologicamente mais eficientes.
18. Os níveis de mediação por professores são elevados mas poderiam ser ainda mais, já que muitas crianças não recebem qualquer orientação dos seus professores. Dado que a escola tem recursos para chegar a todas as crianças, os professores devem procurar atingir os jovens mais difíceis de alcançar.
19. A indústria deve, proactivamente, cultivar a consciencialização do que é a segurança na internet, e promover educação para a segurança de forma proeminente e acessível.
20. Recomendações transnacionais: uma maior penetração de banda larga num país está ligada a mais riscos *online* mas não a mais oportunidades, sugerindo portanto que melhor acesso traz mais riscos do que aqueles que os legisladores contemplam. Em países onde as crianças recebem mais educação, ou onde existem mais computadores nas salas de aula, as competências digitais são maiores, pelo que a educação tem um papel positivo no fomento de maiores competências digitais, de literacia e cidadania, e deveria ser promovida em todos os países.